

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SERGIPE, DES. JOSÉ DOS ANJOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 28 do Regimento Interno e considerando o disposto nos artigos 54, III e parágrafo único c/c 55, I, “a”, § 1º e § 2º da Lei Complementar 101 - LRF, de 4/5/00, publicada no D.O.U., Seção 1, de 5/5/00, no teor da Portaria 389, de 14/6/18, da Secretaria do Tesouro Nacional e no item 9.4 do Acórdão 553/2017 – Plenário, de 29/3/2017, do Tribunal de Contas da União, resolve:

Art. 1º. Tornar público o Relatório de Gestão Fiscal, referente ao Demonstrativo da Despesa com Pessoal e o Demonstrativo dos Limites de Despesa com Pessoal em cumprimento ao Acórdão 553/2017- TCU Plenário – item 9.4, no período compreendido entre maio de 2018 a abril de 2019, constantes dos anexos desta portaria.

Art. 2º. Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Des. José dos Anjos
Presidente

ANEXO I
UNIÃO – PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SERGIPE
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MAIO DE 2018 A ABRIL DE 2019

RGF – ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea “a”)

R\$ 1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 meses)														INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
	LIQUIDADAS														
	MAI/2018	JUN/2018	JUL/2018	AGO/2018	SET/2018	OUT/2018	NOV/2018	DEZ/2018	JAN/2019	FEV/2019	MAR/2019	ABR/2019	TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES) (a)	(b)	
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	5.774.082,65	5.683.982,82	5.588.471,45	5.830.161,02	6.128.494,86	6.696.604,55	10.773.667,41	7.789.661,35	8.549.384,39	6.112.533,89	6.524.407,64	6.332.278,56	81.783.730,59	624.794,86	
Pessoal Ativo	4.884.001,26	4.769.816,66	4.668.275,61	4.909.880,60	5.205.135,85	5.787.275,71	9.363.691,07	6.747.950,52	7.057.240,19	5.088.695,47	5.433.880,02	5.313.351,32	69.229.194,28	624.794,86	
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	4.203.010,60	4.087.051,00	3.992.721,72	4.226.892,17	4.531.552,64	5.097.037,21	7.948.683,81	6.020.653,90	6.320.016,94	4.374.565,25	4.695.579,04	4.587.143,33	60.084.907,61	610.030,31	
Obrigações Patronais	680.990,66	682.765,66	675.553,89	682.988,43	673.583,21	690.238,50	1.415.007,26	727.296,62	737.223,25	714.130,22	738.300,98	726.207,99	9.144.286,67	14.764,55	
Benefícios Previdenciários															
Pessoal Inativo e Pensionistas	890.081,39	914.166,16	920.195,84	920.280,42	923.359,01	909.328,84	1.409.976,34	1.041.710,83	1.492.144,20	1.023.838,42	1.090.527,62	1.018.927,24	12.554.536,31	-	
Aposentadorias, Reserva e Reformas	637.422,23	633.402,75	646.380,33	646.464,91	624.173,50	618.215,60	964.518,61	747.501,83	1.039.851,58	711.815,44	764.803,12	712.151,56	8.746.701,46	-	
Pensões	252.659,16	280.763,41	273.815,51	273.815,51	299.185,51	291.113,24	445.457,73	294.209,00	452.292,62	312.022,98	325.724,50	306.775,68	3.807.834,85	-	
Outros Benefícios Previdenciários														-	
Outras despesas de pessoal decorrentes do contrato de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)														-	
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (II) (§1º do art. 19 da LRF)	891.113,93	914.166,16	920.195,84	920.280,42	923.359,01	934.474,45	1.409.976,34	961.123,03	1.492.144,20	1.023.838,42	1.139.655,60	1.018.927,24	12.549.254,64	-	
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	-	-	-	-	-	-	-	6.690,41	-	-	28.425,13	-	35.115,54	-	
Decorrentes de Decisão Judicial	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	1.032,54	-	-	-	-	25.145,61	-	305,31	-	-	20.702,85	-	47.186,31	-	
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	890.081,39	914.166,16	920.195,84	920.280,42	923.359,01	909.328,84	1.409.976,34	954.127,31	1.492.144,20	1.023.838,42	1.090.527,62	1.018.927,24	12.466.952,79	-	
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III)= (I-II)	4.882.968,72	4.769.816,66	4.668.275,61	4.909.880,60.	5.205.135,85	5.762.130,10	9.363.691,07	6.828.538,32	7.057.240,19	5.088.695,47	5.384.752,04	5.313.351,32	69.234.475,95	624.794,86	

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA – RCL (IV)	818.616.620.128,93	
DESPESA TOTAL COM PESSOAL – DTP (V)= (IIIa + IIIb)	69.859.270,81	0,008534
LIMITE MÁXIMO (VI) (incisos I, II e III do art. 20 da LRF)	115.768.762,42	0,014142
LIMITE PRUDENCIAL (VII)= (0,95xVI) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	109.980.324,30	0,013435
LIMITE DE ALERTA (VIII)= (0,90xVI) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	104.191.886,18	0,012728

Fonte: SIAFI, Unidade Responsável: COFIC/SAO/TRE-SE, Data de emissão: 22/maio/2019, hora da emissão: 8hs e 30m.

¹ Nos demonstrativos elaborados no primeiro e no segundo quadrimestre de cada exercício, os valores de restos a pagar não processados inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior continuarão a ser informados nesse campo. Esses valores não sofrem alteração pelo seu processamento, e somente no caso de cancelamento podem ser excluídos.

Notas:

1) Limites Máximo e Prudencial estabelecidos pela Portaria TSE nº 385/2013

2) Valor da RCL referente à Portaria STN nº 313, de 16 de maio de 2019.

ANEXO II

UNIÃO – PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SERGIPE

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

DEMONSTRATIVO DOS LIMITES DE DESPESA COM PESSOAL EM CUMPRIMENTO AO ACÓRDÃO 553/2017-TCU-PLENÁRIO. ITEM 9.4

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

MAIO DE 2018 A ABRIL DE 2019

R\$ 1,00

				DESPESAS EXECUTADAS	
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)				82.408.525,45	
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§1º do art. 19 da LRF) (II)				12.549.254,64	
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I – II)				69.859.270,81	
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL					
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA –RCL (IV)				818.616.620.128,93	
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL DTP sobre a RCL (V)= (III/IV)*100				0,008534%	
				%DA RCL	VALOR
LIMITE	LRF, art. 20, inciso I,II e III			0,014182%	116.096.209,07
MÁXIMO \1	Resol 5/2005	CNJ	Ato decorrente\2: Portaria TSE nº 478, de 26 de setembro de 2005.	0,014168%	115.981.602,74
	Resol 26/2006	CNJ	Ato decorrente\2: -	-	-
	Resol 177/2013	CNJ	Ato decorrente\2: Portaria TSE nº 385, de 22 de agosto de 2013.	0,014142%	115.768.762,42
	Justiça do Trabalho/Ato Conjunto TST.CSJT/2015 \3			-	-

\1 Preencher apenas no caso de os limites do Órgão terem sofrido alteração em virtude das citadas Resoluções do Conselho Nacional de Justiça

\2 Indicar o Ato/Portaria que alterou os limites individuais do Órgão em decorrência da respectiva Resolução do Conselho Nacional de Justiça

\3 Campo a ser preenchido pelos Tribunais da Justiça do Trabalho

Maria Alejandra Pérez de Machado

Secretária de Administração, Orçamento e Finanças Substituta

Silvânia Martins de Santana

Coordenadora de Controle Interno e Auditoria Substituta

Rubens Lisboa Maciel Filho

Diretor-Geral

Des. José dos Anjos

Presidente